

## PROBLEMAS METODOLÓGICOS: DEPOIMENTOS E REPRESSÃO\*

*Maria de Lourdes Monaco Janotti\*\**

**Resumo:** Em apenas 10 anos de existência, o Colégio de Aplicação da USP, escola pública renovada e de qualidade, adquiriu reputação de ser um dos principais núcleos do ensino crítico no país. Em 1967 instalaram-se profundas discordâncias entre o Colégio e a FFCL, dilacerada internamente. Lutando por seus direitos e, por extensão, pelos direitos estudantis, os alunos ocuparam o prédio, sendo dele expulsos, pela polícia e agentes do DOPS, com a conivência das autoridades universitárias. Sob o clima repressivo da ditadura militar, a reação dos alunos do CA tomou amplas proporções. Alunos e professores foram fichados, interrogados e presos pelo DOPS. A FFCL instalou uma comissão de sindicância sobre esses acontecimentos. A partir de então, o Colégio de Aplicação agonizou até 1969, quando a FFCL selou o seu fim, apagando sua memória. Este artigo comparou os depoimentos de duas professoras prestados em 1967 à Comissão, com as entrevistas orais que concederam após trinta anos sobre os mesmos acontecimentos. Dessa comparação resultou uma série de reflexões sobre história e memória.

**Palavras-chave:** Colégio de Aplicação, memória, história

O Colégio de Aplicação foi criado, em 1957, através de convênio entre a Secretaria de Estado de Negócios da Educação e a Faculdade de Filosofia da USP. Pretendia-se utilizar o colégio para estágio e prática de ensino dos licenciandos e implementar experiências educacionais. Logo adquiriu prestígio, tornando-se, juntamente com os Ginásios Vocacionais, um dos principais núcleos de ensino renovado do Estado.

Localizado em modesto edifício, situado na rua Gabriel dos Santos n. 30, o CA conseguiu selecionar considerável número de professores e alunos interessados em superar cada vez mais os limites do conhecimento escolar, adquirindo valores culturais humanísticos. Nas salas de aula, jovens professores podiam discutir suas últimas leituras e acontecimentos recentes, trabalhar com grupos de alunos utilizando várias técnicas e, acima de tudo, participar de um ensino criativo. Os alunos consultavam livros e documentos de época em bibliotecas, os das classes mais avançadas liam autores em francês, inglês e espanhol, realizando seminários

---

\* O projeto *O Colégio de Aplicação, Anos 50 e 60* teve o apoio do CNPq e FAPESP.

\*\* Professora do Departamento de História da USP. Vice-Presidente da Associação Brasileira de História Oral.

baseados em sólidas informações. Mantinham contatos com artistas, intelectuais e com o movimento estudantil. Participavam de grupos interessados em experiências científicas, atividades teatrais e musicais o que, mesmo nos inícios dos anos 60, era admirável.

A leitura crítica e não dogmática permitia que alunos e professores se tornassem sujeitos do conhecimento e, a longo prazo, sujeitos da própria História. Contudo, o preço pago por Prometeu não tardaria. Um golpe de Estado instaurou em 1964 uma ditadura militar que duraria 20 anos. Esta rotulou de subversivos a todos os que não aceitavam seus princípios. Sua mão de ferro caiu pesadamente sobre a coletividade docente e discente de todos os níveis de ensino, em busca de comunistas. Processos, afastamentos, aposentadorias compulsórias, prisões e tortura foram empregados para sufocar a liberdade de pensamento e de ação. Os colégios, chamados renovados, sofreram investigação de seus quadros mais representativos, resultando no fechamento da maioria deles como foi o caso dos Ginásios Vocacionais e do Colégio de Aplicação.

Antecedendo a grande eclosão da contestação estudantil de 1968 instaurou-se a crise do Colégio de Aplicação, no momento em que a Universidade de São Paulo estava sob Investigação Político-Militar, em evidente violação de sua autonomia, sofrendo a prisão e cassação de docentes, a invasão de salas de aula por grupos armados, em busca de alunos procurados como ativistas. O medo, a tortura, a espionagem integraram o cotidiano da escola, mesmo antes do AI-5.

A leitura das Atas da Congregação da FFCL esclarece os meandros de sua política interna. Observa-se como a luta por cargos, contratações, criação de disciplinas, e abertura de concursos referenciam-se em complexo quadro de interesses políticos de natureza ideológica. Essa Congregação dividida, ocupada com sua própria sobrevivência, foi o tribunal que acompanhou, com certa indiferença, os acontecimentos do CA.

Atuavam diretamente no CA docentes do Departamento de Educação: a Dra. Maria José Werebe, professora colaboradora de Orientação Educacional e a Dra. Amélia Americano Domingues de Castro, professora catedrática contratada de Metodologia Geral do Ensino, coordenadoras, respectivamente, dos Serviços de Orientação Educacional e de Orientação Pedagógica onde, seus auxiliares, os Instrutores de Ensino, supervisionavam os estágios dos licenciandos. Alguns deles eram docentes do colégio ou mesmo participavam de sua administração.

Em setembro de 1967, a propósito da necessidade de adaptar o Regulamento do colégio à criação e estruturação do Departamento de Educação, ao qual ele se junta, instalaram-se profundas discordâncias entre todos os que, de alguma forma, estavam ligados ao Aplicação.

O Departamento de Educação nomeou uma Comissão integrada pelos Profs. Maria José Werebe, Amélia Americano Domingues de Castro, José A. Dias e pelo diretor do CA Clóvis da Silva Bojikian para elaborar a revisão do Regulamento. Como não houve consenso em torno do texto do anteprojeto, a Profa. Amélia apre-

sentou voto contrário em separado. A desinteligência principal era em torno da questão da direção do colégio. O anteprojeto concentrava os poderes de decisão na mão do diretor do estabelecimento, o que alterava substancialmente a posição dos Serviços de Orientação Educacional e Orientação Pedagógica.

O Conselho do Departamento de Educação reuniu-se em 3 de outubro e rejeitou o anteprojeto de Regulamento, aprovando uma diretriz geral que vinculava a direção do colégio à Cadeira de Metodologia Geral do Ensino e, conseqüentemente, ao Setor de Orientação Pedagógica, reforçando a posição da Profa. Amélia no C.A.

Entendendo que seu mandato duraria apenas até o fim do ano, o diretor do C.A. Prof. Clóvis S. Bojikian avisou professores e alunos de sua próxima saída. A reação dos alunos, professores e pais de alunos tomou amplas proporções por ter o Departamento de Educação decidido adotar profundas modificações, sem a participação daqueles que viviam o cotidiano do colégio. Ainda é necessário considerar-se a admiração de todos ante a dedicação e competência do Prof. Clóvis à testa da direção da escola e o envolvimento dos pais em levantar fundos para suprir as deficiências materiais do C.A..

Os alunos organizaram-se imediatamente em assembléia e apresentaram Manifesto à Profa. Amélia A. D. de Castro, explicitando ser o CA para alunos e não para estagiários. Estabeleceu-se então uma confusão de notícias contraditórias veiculadas por vários instrutores de Metodologia.

Reuniões e assembléias sucederam-se no dia 9 de outubro, nas quais os participantes mostraram-se exaltados. Nelas, a Profa. Amélia defendia a posição do Departamento de Educação, sob contestação da maioria de alunos, pais e professores presentes. Foi eleita uma comissão de pais para intermediar o conflito. O C.A. estava dividido e não tardou a surgir, entre os oponentes, a denúncia das posições ideológicas. Os colaboradores da Profa. Amélia eram denominados de direitistas e os da Profa. Werebe de esquerdistas.

Sentindo-se afrontada, inclusive pelo diretor, no dia 10 de outubro, a Profa. Amélia apresentou ao Conselho do Departamento de Educação, em reunião convocada por seu diretor Prof. Roque Spencer Maciel de Barros, relatório do que acontecera entre os dias 3 e 9, pedindo a demissão do Prof. Clóvis S. Bojikian, por não ter ele impedido as manifestações. Com um único voto contrário, o da Profa. Maria José Werebe, o diretor foi demitido.

No dia seguinte os alunos entraram em greve e a comissão de pais começou a estudar uma solução para a questão. Diversos abaixo-assinados de professores, de coordenadores de ambos os lados passaram a circular, explicando aos pais e alunos sua posição diante da crise. Pretendendo contornar as dificuldades do momento o Prof. Roque suspendeu as aulas até o dia 19. Foram negadas duas solicitações da Profa. Maria José no sentido de reabrir as discussões sobre o anteprojeto.

Entretanto, a crise não se limitaria ao C.A.. Os alunos do Curso de Pedagogia da FFCL divulgaram um Manifesto, datado de 12 de outubro, contra as arbitrariedades do Departamento, a saída do Prof. Clóvis e contra a cadeira de Metodologia Geral do Ensino. Denunciavam o acontecido como um golpe baixo que o grupo reacionário havia perpetrado contra a prática da Orientação Educacional na Faculdade, privilegiando a Metodologia do Ensino. Vinculavam esse golpe com a reestruturação da USP sob as diretrizes do acordo com o governo norte-americano, denominado MEC-USAID.

Substituindo o Prof. José Augusto Dias que aceitara o cargo, em caráter provisório, a nova diretora Profa. Julieta Ribeiro Leite, coordenadora das Classes Integradas do curso ginásial, enfrentaria os piores momentos da crise.<sup>1</sup>

O Conselho Departamental, através de seu diretor, permaneceu intransigente às solicitações de reconsideração do caso, passando a veicular seus comunicados aos pais e alunos pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. A Profa. Werebe dirigiu-se à Congregação e ao Conselho Técnico-Administrativo visando a interferência desses órgãos na crise do C.A., ampliando, assim, as responsabilidades da FFCL nos acontecimentos.

No dia 19 os professores e a diretora compareceram ao C.A., mas alunos faziam piquete de greve na porta, impedindo a entrada de seus colegas. Apareceram agentes do DOPS, porém professores conseguiram evitar sua entrada. Logo a seguir, aproximou-se uma viatura policial tocando sirene e os alunos, assustados, entraram de roldão no prédio. Realizaram, então, uma rápida assembléia que decidiu ocupar o colégio e considerá-lo “território livre”. Reivindicavam duas coisas básicas: o afastamento da Profa. Julieta R. Leite do cargo de diretora do colégio e a participação de alunos e professores na elaboração do novo regimento interno. Foi negociado o funcionamento da Secretaria e da Diretoria e estabeleceram-se plantões de professores, impedidos, contudo, de entrar no “território livre”.

Indignado, o Conselho do Departamento de Educação decidiu, com o voto contrário da Profa. Werebe, devolver o C.A. à Secretária de Educação, porém o CTA resolveu que nenhuma medida seria tomada enquanto se desse a ocupação do prédio pelos alunos.

Ao mesmo tempo, grande número de pais de alunos permanecia fora do colégio, na expectativa dos acontecimentos. A maioria temia a intervenção da polícia, anunciada várias vezes. *A Folha de São Paulo*, cobrindo os acontecimentos, fez minucioso relato da reunião de pais, realizada no dia 21 de outubro, no Convento dos dominicanos, afirmando: “foi a mais tumultuada das assembléias realizadas durante toda a crise. Após a leitura do relatório da comissão de pais encarregada, por uma assembléia anterior, de tentar uma solução para a crise, foi apresentado o pedido de demissão por todos os seus membros ‘dado o cansaço e algum

---

<sup>1</sup> Tomou posse no dia 13 de outubro.

*descontentamento existente entre os pais'. A assembléia mostrou-se então dividida em duas facções: a primeira, dos pais que queriam a volta imediata às aulas, e a outra que defendia a posição de que o retorno às aulas deveria ser acompanhado do atendimento de um mínimo das reivindicações dos estudantes".<sup>2</sup>*

A nova comissão de pais solicitou a presença do Diretor da Faculdade, Prof. Erwin Theodor Rosenthal para intermediar um entendimento entre os ocupantes e o Departamento. O encontro deu-se na madrugada do domingo, dia 22, também com a presença do Prof. Roque e Profa. Amélia, tendo os estudantes solicitado prazo até o dia 23, quando realizariam uma assembléia geral para responder ao diretor e, provavelmente, encerrar o movimento. Decepcionados, os Profs. Roque S. M. Barros, Erwin T. Rosenthal foram ao Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Cel. Sebastião Ferreira Chaves, pedindo o cerco do prédio com prazo para a retirada dos alunos. O Secretário atendeu o pedido e encarregou o Delegado Adjunto, Dr. Alcides Cintra Bueno Filho da Dependência Especializada de Ordem Política e Social para sua execução. A ação se efetivou no mesmo dia às 23:30 hs., quando chegaram ao colégio carros da polícia com sirenes ligadas, transportando 4 investigadores e 20 guardas. Estes não se limitaram a ficar do lado de fora, e sim, invadiram a escola desocupando-a em poucos minutos.

A partir desse momento, as posições se radicalizaram e tornou-se irreversível a deterioração das relações pessoais no interior do C.A., do Departamento de Educação e da FFCL. Surgiu uma grande celeuma em torno do uso da violência na expulsão dos alunos, dividindo todos os envolvidos. Para *O Estado de S. Paulo* não houve espancamentos, enquanto a *Folha de São Paulo* publicava diversas declarações de vítimas afirmando o contrário.

Em 23 de outubro foi reaberto o CA, permanecendo, no entanto, uma guarda policial na frente do prédio. Esta entrou em choque com alguns estudantes, dando origem a um abaixo-assinado dos professores para sua retirada e a protestos de deputados estaduais. Daí para frente o ano letivo se arrastou de forma conturbada e ressentida.

Em 1968 novas crises assolaram o CA apesar do esforço da diretora Profa. Julieta Ribeiro Leite e dos professores em manter o trabalho didático sem interrupções. Após encandescentes debates na Congregação e no CTA, em 1969 foi denunciado o Convênio com a Secretaria de Educação selando o fim do CA.

Revoltada com os acontecimentos, a Profa. Maria José Werebe apresentou ao diretor da FFCL contundente ofício, acompanhado de volumoso relatório, contra as atitudes tomadas pelo Conselho do D.E. com cópia para o Prof. Roque. Este convocou imediatamente uma reunião do Conselho do DE para apreciar o documento. Após o pronunciamento dos conselheiros, o Colegiado resolveu solicitar ao diretor da FFCL a instauração de sindicância para que se apurassem as responsabi-

---

<sup>2</sup> *Folha de São Paulo* de 23/10/67.

lidades com relação aos sucessos do C.A. e declarar a Profa. Werebe “*persona non grata*”, em atitude inédita na história da FFCL.

A Comissão de Sindicância sobre a crise do C.A. foi instituída a partir da acolhida dada pela Congregação da FFCL ao pedido do Conselho do Departamento de Educação.

Em um momento no qual precisaria ser tentada uma conciliação para que a Universidade cerrasse fileiras contra a ditadura e se pudesse reconstruir minimamente a vida escolar, uma sindicância pressupunha, naturalmente, a existência de culpados pela reação dos alunos e a eles era devida uma punição.

Foram indicados para integrar a Comissão de Sindicância os Profs. Eduardo d’Oliveira França – Presidente, Ruy Galvão de Andrada Coelho, Antônio Brito Cunha e Armando Toniolli, Antônio Cândido de Mello e Souza, logo substituído pelo Prof. Aziz Ab’Saber. Instalada em 6 de dezembro de 1967, seus trabalhos estenderam-se em demasia, provavelmente até 3 de janeiro de 1969, não tendo sido emitido nenhum parecer sobre o volumoso Processo n. 2624/67 da FFLCH.<sup>3</sup>

Podemos levantar algumas hipóteses a esse respeito, baseadas em indícios oferecidos pelo conjunto da documentação. Foram ouvidos trinta depoentes, tendo vários deles comparecido até a quatro sessões. Ao mesmo tempo, os interrogados trouxeram considerável número de documentos para serem examinados. Assim, a tarefa foi se desdobrando além do prazo estipulado pelo Diretor da Faculdade que era fevereiro de 68.

As reuniões da Comissão foram atropeladas por grave crise no interior da USP e pela repressão instaurada contra seus alunos e professores. Pode-se aventar ainda não ter a Comissão divulgado oficialmente seu parecer final em razão da Reforma Universitária. Esta previa a criação da Faculdade de Educação com o esfacelamento da FFCL, consumado em janeiro de 1970, quando a questão do C.A. saiu de sua jurisdição.

No processo examinado, a voz da Comissão só se fez ouvir nas poucas perguntas endereçadas aos depoentes e, como seu Presidente preocupou-se em imprimir ao registro dos depoimentos um caráter formal, não foi declinado o nome de quem argüía.

O volumoso conjunto de documentos reunidos pela Comissão de Sindicância e os depoimentos a ela prestados constituem o mais importante dossiê sobre a crise de 1967. Por sua abrangência histórica ultrapassam e explicam as memórias que registramos em 1996, permitindo compreender melhor os conflitos políticos e pessoais da época. São também fontes orais registradas no momento em que os relatos são carregados de fortes emoções e ressentimentos, acompanhados pelo cansaço físico e mental dos seus autores, acresce ainda estarem vários deles também sendo interrogados pelo DOPS; por essa razão suscitam o aprofundamento das tensões entre história e memória.

---

<sup>3</sup> Processo n. 2624/67, arquivado na FFLCH, Edifício da Administração. Contém, aproximadamente 800 páginas.

Procuramos nesse trabalho analisar os depoimentos prestados, em 1967 e inícios de 1968, à Comissão de Sindicância da FFCL pelas Profas. Amélia Americano Domingues de Castro e Maria José Werebe, comparando-os às entrevistas de conteúdo “memorialístico”, gentilmente concedidas em janeiro e fevereiro de 1996, respectivamente.<sup>4</sup> A escolha das professoras justifica-se pela importância dos Serviços que dirigiam no CA, pelo papel relevante que tiveram na crise do Colégio de Aplicação e do Departamento de Educação. Selecionamos de seus depoimentos e lembranças apenas os assuntos que ambas mais enfatizaram.

Em 28 anos teriam se modificado as visões das duas professoras sobre o acontecido? Quais as implicações para a avaliação do passado quando este está carregado de acontecimentos traumáticos? Quais os aspectos que evidenciam as tensões entre memória e história nos dois relatos? A história teria se transformado em memória?

A Profa. Amélia Americano Domingues de Castro prestou suas primeiras declarações no dia 21 de Dezembro de 1967. Desde o início demonstra-se ressentida pela maior projeção do SOE no espaço do C.A. As considerações que tece sugerem conluios e usurpações.

Em sua opinião, a crise de 67 remontava a fins de 66, quando o Serviço de Orientação Pedagógica, sob sua coordenação, sentiu-se constrangido no C.A. face à expansão da direção da escola e do Serviço de Orientação Educacional, sob coordenação da Profa. Maria José Werebe. Como não havia Regimento interno próprio aprovado pelo Conselho, o diretor aplicava quando queria as normas do Regimento oficial do Ensino Secundário. O SOP e o SOE tiveram seus regulamentos aprovados pelo Órgão de Planejamento e não, como deveria ser, pelo Departamento. O diretor levava problemas do SOP aos Órgãos Colegiados, quando deveriam ser resolvidos no próprio Serviço.

Segundo a depoente essa situação prolongava-se e as medidas de regulamentação foram proteladas em virtude de haver uma coincidência entre a entrada do Prof. Clóvis da Silva Bojikian e o exercício da direção do Departamento de Educação pela Profa. Maria José Werebe.

Frente ao anteprojeto de Regulamento, elaborado pelos Profs. Clóvis Bojikian e José Augusto Dias, não concordou com a proposta da nova organização administrativa, pois a Cadeira de Metodologia teria presença muito reduzida no colégio. Além disso, segundo seu critério, o CA era diferente de um colégio comum, portanto deveria haver uma direção única, mas subordinada à Cadeira de Metodologia, ao contrário do anteprojeto que propunha uma direção forte e independente. Como a Profa. Maria José Werebe concordasse com os termos do anteprojeto, acordou-se

---

<sup>4</sup> A Profa. Amélia foi entrevistada por Carlos Takaoka e Lilian Corovtchenko, ex-alunos do CA e a Profa. Werebe foi entrevistada, em Paris, por Maria Sabina Kundman, ex-professora no CA e atualmente professora do Dep. de Letras Modernas da FFLCH, da USP.

que este seria apresentado ao Departamento de Educação, com voto em separado da depoente.

Na reunião do Conselho do Departamento de Educação de 3/10/67, foi distribuído o anteprojeto já com algumas modificações. Discutiram-se princípios gerais. A diretriz aprovada por unanimidade, vinculava a direção do colégio à Cadeira de Metodologia. A Profa. Maria José Werebe estava presente. Não houve de sua parte qualquer pronunciamento sobre a saída do diretor, no entanto, é possível, depois de tanta divergência supor o Prof. Clóvis que não haveria convite por parte da depoente para continuar a exercer o cargo.

No mesmo dia o Prof. Clóvis começou a divulgar no C.A. sua saída da direção e que esta passaria à Cadeira de Metodologia. A depoente, no dia 5, aconselhou-o sem sucesso a não continuar com essa atitude.

Alguns alunos, pais e professores, em apoio ao diretor, passaram a organizar um movimento, marcar assembléias e emitir manifestos. Telefonou para o Prof. Clóvis a respeito e este declarou não haver mal, porém a depoente disse-lhe parecer ilegal e imprudente a convocação por não ser iniciativa do Grêmio. Pediu aos instrutores e coordenadores de sua Cadeira que fossem explicar o sucedido aos alunos. Entre os alunos correram notícias desencontradas. Pediu então autorização ao Prof. José Querino Ribeiro para realizar, em nome do Departamento de Educação, uma reunião com os professores do CA. Telefonou ao Prof. Clóvis para avisá-lo, perguntando se havia objeção fosse a mesma realizada no colégio, dia 9 às 18 hs. O Prof. Clóvis aquiesceu. A reunião tensa foi encerrada pelo diretor abruptamente, sob protestos da depoente que informou ao Prof. Querino Ribeiro o acontecido.

Prossegue o relato dos fatos: *“Dia 9, na reunião dos professores foi distribuído pelo Prof. Clóvis o anteprojeto do regulamento acompanhado de organogramas com comentários, presumivelmente seus, do qual se dizia que fora rejeitado sem ser examinado o que não corresponde a verdade, pois apenas se aprovava uma preliminar.”*<sup>5</sup>

A seguir a depoente menciona os acontecimentos que a levaram pedir, na reunião do Departamento de Educação do dia 11 de outubro, a demissão do Prof. Clóvis, por não ter ele impedido a agitação dos alunos: *“Falando na reunião informou a depoente que se dizia que os alunos entrariam em greve, caso se efetivasse a saída do Prof. Clóvis. Havia uma campanha de manifestos, e os alunos de Pedagogia da Faculdade haviam participado da assembléia dos alunos do Colégio”.*<sup>6</sup>

No dia seguinte o colégio estava em greve e todos cientes do afastamento do Prof. Clóvis. *“A reunião terminara cerca de 23,30 hs. e apenas Da. Maria José havia saído antes do seu término, e também o Prof. Querino, mas este para viajar*

<sup>5</sup> Processo n. 2624/67. Termo de depoimento, folha 144.

<sup>6</sup> Idem, ibidem, folha 144.



*em seguida para Marília. Nessa ocasião apareceu um manifesto dos alunos de Pedagogia, manifesto esse verdadeiramente insultuoso*".<sup>7</sup>

Nota-se claramente a intenção da depoente em vincular os Profs. Maria José Werebe e Clóvis Bojikian ao Manifesto dos alunos da Pedagogia e à declaração de greve do C.A., bem como a sustentar que o anteprojeto não fora rejeitado sem ser lido. Para a Profa. Amélia os antecedentes da crise estavam na intenção do Serviço de Orientação Educacional de invadir seu setor de atuação. Estes temas também se encontram desenvolvidos no depoimento da Profa. Maria José Werebe.

Uma questão que tanto hoje quanto na época suscita uma penosa indagação é como se pediu a intervenção policial em uma situação que envolvia jovens alunos?

A esse respeito depõe a Profa. Amélia: quando o Prof. Erwin Theodor Rosenthal encontrou-se com os estudantes e disse-lhes que haviam cometido faltas graves com violação da lei, prometendo, porém, relevar quaisquer sanções se desocupassem imediatamente o prédio. Os alunos pediram a saída da nova diretora e o retorno do Prof. Clóvis. A depoente disse não se tratar de discutir essa questão no momento. O Prof. Roque fez breve histórico dos acontecimentos insistindo em não reconsiderar as decisões tomadas, mas ser possível o diálogo "*a fim de que os alunos opinassem sobre o futuro regulamento, podendo para isso constituir uma comissão*".<sup>8</sup> Os alunos responderam haver necessidade de uma Assembléia para tomada de decisões. Convencidos da não cooperação dos alunos, sem que todas as exigências fossem atendidas, retiraram-se. Dirigiram-se ao "*Secretário de Segurança pedindo o cerco do prédio e dando prazo aos estudantes para desocupar sujeitando-se os recalcitrantes à competente pena disciplinar. Nesse sentido foi redigido um comunicado destinado aos alunos, mas não chegou a ser transmitido por causa dos acontecimentos posteriores*".<sup>9</sup>

Às 21,30 hs. sirenes anunciaram os policiais, tendo então 4 investigadores e 20 guardas entrado correndo e gritando no prédio. Os alunos saíram sem que houvesse agressão: "*Não houve violência de espécie alguma. Alguns pais que favoreciam a greve e alunos que acabavam de sair ainda permaneceram junto à porta do Colégio protestando; só depois de acalmada a situação, depois de pedir aos pais que levassem seus filhos, saíram os professores. O Colégio foi fechado e permaneceu sob a guarda de policiais. No dia seguinte reaberto o Colégio, com guardas à porta, alguns alunos entraram. (...) Por coincidência, entre a saída do 1º período e entrada do 2º., alunos provocaram um guarda que reagiu e havia televisões no local, digo uma unidade volante de televisão no local que filmou o episódio. Posteriormente um elemento graduado da Guarda Civil esteve no Colégio para comuni-*

<sup>7</sup> Idem, ibidem, folha 145.

<sup>8</sup> Idem, ibidem, folha 145.

<sup>9</sup> Idem, ibidem, folhas 146 e 147.

*car que diante das acusações que corriam fora aberto inquérito para apurar responsabilidades de guardas. Pediu também que fossem chamados alunos para prestar declarações sobre possíveis agressões sofridas. Nem um confirmou e apenas um disse que havia apanhado mas não sabia de quem; a professora que dizia haver sofrido um tapa na nuca, aliás orientadora, disse não saber se fora um guarda o autor”.*<sup>10</sup>

Convenceu-se a Profa. Amélia de não ter havido violência e de que exageravam aqueles que defendiam o contrário.

A Comissão de Sindicância passou a interrogar a depoente sobre vários assuntos, entre eles destaca-se a questão da disciplina e a da responsabilidade pela crise: *“Perguntada sobre a disciplina do Colégio respondeu que quanto aos alunos a própria greve viera revelar que havia falhas muito sérias, como se viu quando professores foram tratados por vocês ou quando os alunos se manifestaram convictos de que podiam decidir sobre a vida do Colégio. Havia professores que não mantinham disciplina, e o Diretor entendia que não devia interferir. No 1º. ciclo dada a experiência da Coordenadora a disciplina era melhor, embora ocorressem às vezes problemas. O ambiente era demasiado permissivo, talvez refletindo os princípios disciplinares preconizados pela Orientação Educacional de não intervir no comportamento das crianças. (...) Perguntada sobre as responsabilidades na crise disse tratar-se de questão séria e constrangedora. Com franqueza e sem penetrar em indagação de intenções, entende que o Prof. Clóvis Bojikian desencadeou a crise e que é lamentável que Da. Maria José Werebe nada tenha feito para obstar o desenvolvimento da crise, procurando prejudicar a atuação do Departamento de Educação, pondo-se ao lado do Prof. Clóvis, dispendo ela de muito boas relações junto aos alunos e a muitos pais de alunos. É uma opinião que lamenta, mas entende que o Prof. Clóvis não previu as conseqüências de seu comportamento, mesmo quando prevenido. Há também a considerar-se a responsabilidade de Da. Maria José quando se colocou em posição condenatória do Departamento de Educação, mesmo junto aos alunos de Pedagogia”.*<sup>11</sup>

Os trechos acima selecionados de um longo e minucioso relato, visaram aspectos também presentes na entrevista que a Profa. Amélia Americano Domingues de Castro aquiesceu em nos conceder no dia 11 de janeiro de 1996.

**Entrevistador (E)** – *“Quando a Sra. começou a perceber problemas no CA?”*

**Profa. Amélia (AA)** – *“(...) começamos a ter problemas: o colégio era muito de elite. Quando o colégio, quando o colégio terminou, na realidade, nós já estávamos pensando em fazer sorteio, fazer escolha, porque como nós tínhamos uma relativa liberdade, diante da lei, de reservar uma parte das vagas para sorteio,*

<sup>10</sup> Idem, *ibidem*, folha 147.

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*, folhas 148 e 149.

*para pessoas mais carentes, então estávamos pensando em reformular. O nosso drama foi esse. O colégio começou a ficar com uma população de elite. Não era isso o que nós queríamos. Socialmente estávamos pegando uma população diferenciada, o que não era a nossa idéia. A idéia era ter um colégio comum. Para poder ensinar os estagiários a trabalharem num colégio comum. (...)*”

*E – “Havia divergências no colégio?”*

*AA – “Agora, quando nós encontramos as divergências, elas foram muito mais políticas do que teóricas. Porque na teoria nós tínhamos interpretações. Alguns entendiam, ou davam uma interpretação muito mais empirista, e outros achavam que Piaget não tinha suficientemente trabalhado o problema do social, ou, pelo menos achavam que o pecado capital de Piaget era não ser marxista. (risos) Então, o problema surgiu na área política do colégio. (...) mas elas teriam sido resolvidas. Elas se exacerbaram porque a época... foi o final dos anos 60, e nós já estamos no final do século, eu vejo que o que exacerbou os ânimos, no CA, foi o problema político. Porque houve uma divergência, em termos de organização do colégio, que era em torno daquele Conselho Deliberativo, que era uma direção colegiada, mas havia quem quisesse uma direção única. Mas no entanto, houve uma proposta de modificação que praticamente tornaria o CA num colégio comum. Ou tiraria a ação da Faculdade de Educação sobre o colégio. E isso achávamos que era impossível, portanto. Nós achávamos que não poderíamos permitir que ele se transformasse num colégio comum.*

*Mas eu acho que por baixo disso houve outras questões, e quando foi resolvido, pelo Conselho Deliberativo de que não haveria direção única, e aquela questão da ocupação do colégio... e eu digo que se a situação fosse democrática, como hoje são resolvidas as situações de greves, a coisa teria sido resolvida com negociação, com acordos, com discussões – mas naquela época não. Não gosto de falar nisso, porque de lado a lado nós tivemos erros, nós tivemos, pelo menos, descaminhos, tivemos pessoas de lado a lado, que nos decepcionaram profundamente, e é por isso que não gosto de falar nisso. Eu, depois de muito tempo, tive ainda muita mágoa, por pessoas que também participaram de lá, mas eu acho que se não fosse aquele clima (...) tenso daquela ditadura, onde todos estavam amarrados, se não fosse isso, nós iríamos resolver os problemas. Nem os meninos teriam ficado tão exacerbados, porque aquilo passou a ser um símbolo da opressão. Ficou uma coisa estranha.”*

*E – “A Profa. Míriam Krasilchik<sup>12</sup> disse-nos que a crise do Aplicação antecedeu a da Maria Antonia.”*

*AA – “Exato, foi um ensaio o que foi feito no Aplicação. Porque eles não tinham o direito de colocarem crianças naquela situação de perigo, porque havia*

<sup>12</sup> Docente da Faculdade de Educação e Vice-reitora da USP, foi professora de biologia do CA. Entrevistada em 6/11/96.

*muita gente de fora querendo acabar com aquela experiência. Coisa que eu vim a saber muito tempo depois. Eu não sei se os alunos sabiam disso. Iam pra lá e pra cá. Pois no momento em que eles fizessem uma rebelião, e assim eles dessem razão para inquietar o governo, eles teriam uma repressão. Ora, uma repressão, a violência, era o que muitos queriam. Queriam que a ditadura começasse a endurecer mais. Então eles ficaram... numa situação, não é? Essas coisas eu vim a entender muito tempo depois. Tanto tempo depois, que nós ficamos num ponto crítico, no meio de um rodãozinho. E foi um desgosto profundo, de muitos anos. (...) A experiência é válida, na medida em que você faz e acontece alguma coisa em retorno. É o que dizia o velho Dewey. Você faz e sofre. E nesse sofrer você avalia o que aconteceu. (...) Foram bons os colégios experimentais? Nós chegamos a essa: não sabemos. (...) Mas eu acho que todos os que passaram pelo Aplicação ficaram diferentes. Ficaram diferentes mesmo. Passaram a acreditar em outros valores, passaram a ter outras aberturas, mas isso não foi tecnicamente avaliado."*

*E – “Mas, Profa. Amélia, a senhora acha que ainda é possível fazer essa reavaliação?”*

*AA – “Eu acho que sim. Acho extremamente importante recuperar certos documentos, recuperando a memória, e reconhecendo que, possivelmente, cada um dos seus informantes tem um viés, um modo de ver, a sua experiência, o seu sofrimento, mas, da reunião de muitos você vai ver que as coisas não são tão simples como parecem. Elas são complexas. Elas se oferecem a nós sob vários ângulos, é o meu modo de ver, o outro colega pode ver de lá, e então, podem ser complementares, e muitas vezes até contraditórios. (...) eu acho que é possível a reavaliação porque isso nos enriquece nesse sentido: quer dizer, nós erramos muito em certas coisas, e acertamos em outras (...).”*

*E – “O clima político da época era de repressão.”*

*AA – “Eu estou dizendo que esse foi um problema que se entrelaçou. Então, o governo da época teve muito interesse em acabar com essas experiências, desde que pessoas, na maioria desses colégios experimentais, eram pessoas que começavam a contestar...”*

*E – “Eu queria saber quem tomou a decisão de chamar a repressão; a Faculdade de Filosofia ou o Conselho Deliberativo do C.A.? Porque isso é uma coisa controversa.”*

*AA – “[Foi] A Faculdade, através do Prof. Erwin Rosenthal, que era o diretor, e o chefe do Departamento de Educação, Prof. Roque Spencer, eles tentaram impedir as ameaças de uma repressão violenta. Nós garantimos a evacuação do colégio, e isto é uma coisa importante que se saiba (...) Nestas circunstâncias, eles, o Prof. Erwin e o Prof. Roque, para evitar um mal maior que tiveram que... eles foram chamados e lhes disseram: ‘Nós vamos entrar lá e acabar com aquilo está*

*acontecendo'. E aí eles levaram um susto danado. Os pais foram avisados, foram esperar, com seus filhos lá, e eles foram de certo modo pressionados. O Roque e o Erwin Rosenthal, eles foram pressionados. Eles tinham que acabar com aquilo. E dos males, o menor. (...) A repressão era violenta, e nós não supúnhamos que a coisa pudesse ser tão feia. Nós tínhamos um medo danado do que pudesse acontecer. Até o momento em que houve um momento como que um ultimatum: 'Ou vocês resolvem, a Faculdade de Filosofia resolve, por bem, mandar essa gente embora, ou nós vamos prender todo o mundo que estava lá. Vão retirar esse pessoal de lá, ou nós vamos prender todo o mundo'. E eles responderam: 'Não vão prender ninguém. Eles saem'. Então foram todos para lá. Gritaram.'*

*E – “E nesse dia da invasão policial a senhora estava presente?”*

*AA – “Estava. Tremia como uma vara verde. Estávamos todos lá. Entregamos os meninos para os pais que estavam lá, avisamos os pais que avisassem os outros, e pedimos a uma equipe da Faculdade para que ‘segurasse as pontas’. (...) São coisas que a gente não gosta de lembrar. (...) Mas no fundo foi uma resposta a um mal maior.”*

Comparando as duas versões em nossas mãos, fica evidente que, se para a Comissão de Sindicância, a depoente nomeara, de forma muito segura, os interessados em conturbar o ambiente escolar, na entrevista transcrita apresenta uma outra perspectiva. Generaliza a questão, responsabilizando o clima ditatorial da Revolução de 64 e o interesse da esquerda em radicalizar. Usa o mesmo raciocínio para justificar o pedido de intervenção policial, relativizando a atitude dos professores do Departamento de Educação, que teriam agido sob pressão de ameaças, provavelmente de alguma autoridade militar, procurando proteger os alunos “evitando um mal maior”; isso não fora mencionado em 67.

Outro aspecto destacado pela própria entrevistada é o papel da rememoração que lhe permitiu, através do sofrimento, reavaliar a experiência vivida, admitindo seus acertos e seus erros. Atualmente tem consciência de estar dando uma versão dos fatos à luz de conhecimentos advindos posteriormente. O mesmo não se deu no passado, quando estava absolutamente segura de seus julgamentos e de ser sua narrativa a expressão da verdade.

Após tantas referências à Profa. Maria José Garcia Werebe a Comissão de Sindicância passou a ouvi-la. Seu depoimento estendeu-se por três dias, a saber: 2, 3 e 5 de janeiro de 1968.

A Profa. Werebe explicou minuciosamente a prática e a administração do C.A.. Fez questão de declarar que fazia críticas às Classes Integradas e propunha uma pedagogia mais próxima da realidade brasileira. (Assunto que a Profa Amélia incorporou, posteriormente, ao seu discurso).

*“Depondo, declarou o seguinte: já apresentou um relatório sobre a crise à Congregação da Faculdade. A crise surgiu vinculada ao DE da Faculdade quando*

*se decidiu alterar o Regulamento do C.A.. Naquele relatório só referiu a fatos a respeito dos quais pudesse apresentar comprovantes. Nem tudo pode ser comprovado porque as atas do Conselho do referido Departamento são muito sucintas não registrando tudo o quanto foi dito em suas reuniões. Havia necessidade de delimitação de competência dos principais setores e dificuldades administrativas. (...) Para isso era necessária a reforma do Regulamento. Foi designada a Comissão composta dos professores mais diretamente ligados à vida do Colégio. (...) Da. Amélia Americano discordou da posição dada ao Setor de Metodologia no projeto; e a depoente fez alguns reparos quanto à subordinação do serviço de Orientação Educacional e de Orientação Pedagógica à direta autoridade do Diretor, pois os serviços eram mais amplos nos seus objetivos que os objetivos do Colégio e estavam vinculados à Faculdade. Apenas os Orientadores e Coordenadores próprios do Colégio poderiam ficar subordinados ao Diretor, mas não os demais auxiliares. Da. Amélia não concordava em que a Cadeira de Metodologia ficasse apenas com a assessoria técnico-científica e com a escolha dos Coordenadores e professores".*<sup>13</sup>

*Não se chegando a um acordo final "propôs o Prof. José Augusto que se levasse o anteprojeto tal como estava com as modificações aprovadas ao Departamento de Educação e que Da. Amélia Americano apresentaria suas sugestões em separado".*<sup>14</sup>

*Na reunião de 3/10 do Conselho houve muita conversa paralela e o ambiente estava muito tumultuado. "Nesta reunião não se leu o texto do anteprojeto. (...) De início porém houve uma proposta que o anulava, isto é, a entrega da direção do Colégio à Cadeira de Metodologia. (...) Proposta a votação da preliminar relativa à entrega da direção do Colégio ao professor de Metodologia ou a delegado seu, foi ela votada e aprovada. Houve unanimidade na votação. Deseja a depoente explicar sua posição: ficou de tal maneira perplexa e perturbada com o andamento dos debates que 'perdeu o pé' e votou a favor. Menos que um voto foi um silêncio. As intenções de alijamento do Serviço de Orientação Educacional iam mais longe. Indagou então como ficaria esse serviço nessa situação. Foi-lhe respondido que o Serviço de Orientação, dados os seus objetivos, deveria ser do Departamento de Educação. (...) Percebeu a depoente haver uma intenção de afastar a Orientação Educacional e mutilar totalmente o Serviço. (...) Atualmente quem mantém esse Serviço é a Secretaria da Educação com base no convênio. O aniquilamento do Serviço viria a afetar o próprio curso de Pedagogia uma vez que a maioria dos alunos opta pelo conjunto de Orientação Educacional. Os cursos de Orientação não são possíveis sem um campo de prática. Naquela reunião percebeu pois que o Serviço de Orientação estava em perigo (...) Como vivia o Colégio? Como um filho sem pai nem mãe, tendo-os muitos. A Faculdade de Filosofia nada lhe dava.*

<sup>13</sup> Processó n. 2624/67. Termo do depoimento, folha 167.

<sup>14</sup> Idem, ibidem, folha 169.

*A Secretaria da Educação apenas se responsabiliza pelo pagamento do pessoal. O Colégio vive precariamente quanto a instalações e material de ensino. Com as classes integradas realizava-se uma experiência de renovação no Colégio, denominação dada em razão da maior integração entre professores e alunos, matérias, etc. (...) Como não havia recursos para as despesas com essas classes experimentais, foi criada a ASACICA, Associação dos Amigos das Classes Integradas do Colégio de Aplicação, que passou a arrecadar fundos para a manutenção do Colégio”.*<sup>15</sup>

Nota-se que o depoimento da Profa. Werebe foi tenso em muitas ocasiões, entrecortado de observações sobre o ensino e as condições do CA. Menciona a questão das Atas omitirem diálogos e declarações importantes, assim como o desrespeito dos conselheiros em relação ao anteprojeto, dando uma interpretação oposta a da Profa. Amélia sobre o acontecido. Isso se repete na avaliação do trabalho e das atitudes do diretor do colégio, que a depoente considerava vítima de irreparável injustiça: *“O Prof. Clóvis é dotado de idealismo e arrojo que outros não teriam: não hesitou em pagar de seu bolso funcionários e material. Houve dois meses em que gastou todo o seu salário no Colégio. Se não o fizesse muitas das realizações não ocorreriam: não queria fechar os laboratórios. (...) Pouco antes da crise houve um balanço dos gastos: havia uma dívida de cerca de 19 milhões de cruzeiros velhos. A preocupação do Prof. Clóvis era não deixar essa dívida. Iniciaram um trabalho nas classes e pediram uma contribuição dos alunos dos cursos colegiais, pois só os do ginásio contribuíam em benefício de todos. Esperava pagar essas dívidas e preocupava-se com a liquidação delas para que não as encontrasse seu sucessor. Por esta razão decidiu comunicar seu afastamento aos professores e alunos. A depoente fez um apelo à ASACICA para que as dívidas fossem pagas”.*<sup>16</sup>

Na reunião em que o Departamento de Educação decidiu afastar o Prof. Clóvis Bojkian, deixou preservada sua idoneidade moral e profissional, havendo pronunciamentos nesse sentido. Ele permaneceria como instrutor do Departamento de Educação. No mesmo dia os alunos entraram em greve. Não sabia quem os informara dessa decisão.

Apresentou recursos ao CTA e à Congregação sobre as decisões do Departamento de Educação. O Prof. Roque S. de Barros reagiu dizendo que se as decisões fossem reformadas por esses órgãos o Departamento de Educação se desinteressaria pelo CA. A greve continuava e o Prof. Roque S. de Barros suspendeu as aulas até a quinta-feira dia 19/10.

A depoente expôs com clareza como tomou conhecimento da desocupação do prédio pela polícia e o que pensou a respeito: *À 1 hora e 30 minutos do dia 23/10 soube da invasão do colégio: “(...) A orientadora Da. Dirce de Barros chegara chorando porque estava traumatizada por ter sido vítima de agressão por parte dos*

<sup>15</sup> Idem, ibidem, folhas 169 a 171.

<sup>16</sup> Idem, ibidem, folhas 171 e 172.

*policiais. Foi então ao Colégio e o encontrou fechado e guardado por policiais. Ouviu alguns pais que haviam assistido ao fato (...). Chegando em carros com sirenes ligadas, os policiais do DOPS entraram correndo no prédio. O Prof. Roque foi empurrado, houve confusão geral, um professor teve a camisa rasgada, o Prof. Almenor Tacla. Os alunos desceram aos trambolhões (...)*.<sup>17</sup>

Naquele mesmo dia, ela e o Prof. Erwin Rosenthal foram recebidos pelo Delegado do DOPS: “*À depoente impressionou pessimamente o Delegado [Dr. Alcides Cintra Bueno Filho] como homem violento que conservava sua agressividade ao [ela] fazer seu relato em tom bastante elevado. Negou que tivesse havido violência. Para efeito psicológico ligara as sirenes. No seu Relatório [o Delegado] fala em promiscuidade que o levara a decidir a invasão. Não podia ter visto essa promiscuidade antes de decidir, pois quando entrara no edifício fora já para desalojar os estudantes. Disse que apenas um estudante de cabelos compridos e de sexo duvidoso fora empurrado com maior violência porque resistira. Perguntou-lhe sobre responsabilidade de quem invadira o Colégio. Ele respondeu: ‘Minha’. (...) Não sabe a depoente do que se passou nos últimos dias da crise, pois não houvera reunião oficial; e não houve deliberação para, em nome do Conselho, se decidir a chamar a polícia. Quando enviou seu ofício ao Diretor da Faculdade reafirmou sua posição: qualquer que seja o problema numa escola, é contrária à intervenção policial. (...) Depois desse ofício, e por causa dele, foi considerada ‘Persona non grata’ pelos membros do Conselho do Departamento de Educação*”.<sup>18</sup>

*Como última citação de seu depoimento destacamos o trecho em que, tendo mencionado que os alunos estavam para deixar o CA quando a repressão os expulsou, foi instada pela Comissão a falar a respeito: “Perguntada sobre a quem fora comunicada pelos alunos a decisão de abandonar o prédio, respondeu que fora à Da. Julieta, diretora do Colégio, verbalmente pelos alunos, na presença de Da. Amélia Americano e de Da. Adélia Carelli, e de outra pessoas presentes na sala da Diretoria, meia hora antes da chegada da polícia. Estavam os alunos datilografando sua comunicação quando a polícia chegou, conforme declarou Sérgio Rubinstein, da comissão de alunos*”.<sup>19</sup>

As emocionadas declarações da Profa. Werebe são denúncias da ilegalidade e da precipitação dos professores chamarem forças policiais. Relata mais um drama, a saída iminente dos estudantes surpreendidos pelos policiais, fato esse não mencionado pela Profa. Amélia A.D. de Castro.

Em Paris, onde passou a residir pouco tempo depois desses acontecimentos, a Profa. Maria José Werebe foi entrevistada, atendendo ao nosso pedido, pela Profa. Maria Sabina Kundman, no dia 20 de fevereiro de 1996.

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*, folha 177.

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*, folha 177.

<sup>19</sup> Idem, *ibidem*, folha 178.



**Entrevistadora (E)** – “Quais foram exatamente as suas funções no Colégio de Aplicação?”

**Profa. Maria José Werebe (MJW)** – “(...) O Colégio começou a funcionar em 57. E em 58, como eu era então responsável pela disciplina de Orientação Educacional da Faculdade de Filosofia, eu criei no Colégio um serviço de Orientação Educacional, sendo que os primeiros orientadores tinham sido meus alunos no Curso de Orientação da Faculdade – entre eles Clovis da Silva Bojikian, que mais tarde foi Diretor do Colégio. O Colégio tinha por missão oferecer aos licenciandos a possibilidade de um estágio prático. (...) Contudo, quando as classes experimentais foram instaladas – com um número de vagas muito reduzido – essas classes atraíram filhos sobretudo de intelectuais, de professores da Faculdade e de uma alta burguesia, que, não obstante as condições materiais do Colégio, atraíram porque lá ia se realizar um serviço, um ensino renovado diferente. E esta clientela, portanto, extremamente selecionada, elitista, teve como resultados... ofereceu resultados muito altos do ponto de vista do rendimento escolar. (...) Foi então com base nesse estudo que eu propus ao Conselho Deliberativo do Colégio que o número de vagas fosse determinado em função da origem escolar dos alunos. Quer dizer, se havia 80% vindo do grupo escolar, 80 % das vagas deveriam ser atribuídas a esses alunos. Eu pensei que com isso se teria uma população escolar mais heterogênea, mais próxima da realidade escolar e portanto os métodos que seriam testados e utilizados no Colégio poderiam servir aos futuros professores, para aplicação em outras situações da realidade escolar. Isso foi feito.”

**E** – “Isso foi feito?”

**MJW** – “Foi feito apenas dois anos. Em seguida eu voltei, eu vim para a França e o Colégio foi extinto. Mas houve uma primeira turma selecionada nesta base. Portanto a crítica que foi levantada que era um colégio de elite, para uma elite... Não há dúvida. Eu fui a primeira a fazer essa crítica, que estendi aos Colégios Vocacionais. Experiências renovadoras em situação, excepcional servem quando muito como laboratório de estudos de técnicas pedagógicas, mas não servem como modelo para generalizar para a realidade brasileira. Essa crítica eu endosso. Eu a fiz em artigos publicados no Brasil, bem antes. Portanto, não tenho mais nada a acrescentar nesse particular. Aliás, eu fiz referência num livro a isso. Alguns artigos, algumas reportagens sobre o Colégio – principalmente quando a Zélia Cardoso foi Ministra da Economia diziam que o Colégio de Aplicação era conhecido como um Colégio de esquerda e que havia uma influência sobre os alunos no sentido de uma politização. O que havia efetivamente é que esses alunos eram filhos de intelectuais, muitos de esquerda, intelectuais que exatamente escolhiam o Colégio e que queriam dar aos seus filhos uma escola que abrisse perspectivas e que fosse diferente do comum da realidade brasileira. Portanto, eles já traziam de casa uma visão crítica do mundo em relação à ditadura. E por outro lado, o fato do Colégio estar vinculado à Faculdade de Filosofia, onde havia muito movimento

*estudantil, isto contaminava os alunos do Colégio, que também queriam se aproximar dos colegas universitários. Para eles era uma espécie de promoção e efetivamente alguns alunos participaram de movimentos políticos e alguns mesmo chegaram a ser presos na época, nos anos de rebeldia, nos anos da crise da Universidade (1967-1968). (...) [Os alunos tinham] um espírito crítico que não se limitava simplesmente às matérias estudadas. (...) Então, o que ocorria muitas vezes é que os alunos tinham uma posição às vezes de exigência de críticas em relação aos professores. E isso se verificou sobretudo na crise do Colégio de Aplicação, que foi uma crise em que os alunos se, rebelaram contra a demissão do Diretor, Clovis da Silva Bojikian, por parte do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia. Eles [os alunos] se rebelaram e de uma certa forma instituíram um governo interno dentro do Colégio, ocupando-o e utilizando, por assim dizer, os recursos que eles tinham adquirido na escola: uma certa autonomia e espírito crítico.(...)"*

Nos quatro documentos que estamos analisando encontram-se as restrições que ambas as Professoras já faziam às Classes Integradas. Isso sugere uma relação de complementaridade, mas acompanhada pela afirmação da própria autoridade lhes conferida pelo do saber. Relativiza a própria eficiência do ensino do CA, atribuindo à família maior influência sobre a consciência crítica, postura essa não endossada pela Profa. Amélia A. D. Domingues de Castro.

*E – “E havia equilíbrio de forças [no CA]?”*

*MJW – “Durante muito tempo não houve conflito, de uma certa forma, porque os dois setores que mais estavam em contato com o Colégio de Aplicação eram Didática Geral e Especial, que tinha sua responsabilidade pela Orientação Pedagógica, e o setor de Orientação Educacional, que supervisionava as atividades de Orientação Educacional do Colégio. (...) Ocorre que [na Faculdade] 80% dos alunos escolhiam Orientação Educacional, o que não era do agrado dos demais setores. Era uma opção livre e nós nunca fizemos nada para atrair os alunos. [Escolhiam] simplesmente porque talvez houvesse maiores perspectivas profissionais com a Orientação Educacional. Esses alunos todos faziam estágio no Colégio (...). Esses tinham obrigação de fazer 200 horas de estágio no Serviço de Orientação, obrigação por determinação legal. Então os dois setores [que] funcionavam no Colégio, de uma certa forma, criavam às vezes conflitos e rivalidades de competência (...).”*

*E – “E você acha que essa rivalidade decorria do que?”*

*MJW – “Simplesmente da não delimitação de poderes, porque os alunos faziam queixas aos orientadores, [estes] comunicavam isso aos professores e os professores não ficavam satisfeitos com essas críticas. Enfim, é como se a Orientação Educacional estivesse criticando a Orientação Pedagógica dada pelos professores. E esses dois setores de uma certa forma diminuíam a autoridade do diretor. O diretor ficava assim entre esses dois setores sem muita autoridade. Então não*

*havia delimitação de poderes e de competências. Foi por essa razão que se decidiu reestruturar o Colégio de Aplicação.”*

Parece-nos estar ouvindo uma síntese do depoimento de 1967. A coerência da Profa. Werebe ressalta em suas palavras. Escoimando os detalhes, estende-se em uma narrativa sem concessões. Reitera suas posições do passado, sem, em nenhum momento, duvidar de seu julgamento. Procura dizer a verdade do que se passou.

*E – “Você acha que a crise veio daí?”*

*MJW – “O anteprojeto foi levado para ser discutido no Departamento de Educação. O clima no Departamento de Educação não já era dos melhores, porque, por ocasião da crise da Universidade de Brasília – cujo reitor era o Prof. Laerte Ramos de Carvalho, que estava afastado da direção do Departamento de Educação e eu, como livre-docente mais antiga, o substituí – e diante da reação que houve em Brasília contra o Prof. Laerte, numa reunião do Departamento, propôs-se que fosse feito um texto de apoio ao Prof. Laerte. Eu me recusei dizendo que em nome do Departamento não. Que cada um poderia apoiar individualmente se quisesse. E o argumento foi ‘mas é ao homem, não ao reitor’. Eu disse que naquele momento não seria possível separar o homem do reitor. E o texto não foi aprovado em reunião do Departamento. Foi feito um texto que foi passado nas várias cadeiras, menos na minha. Ou seja, já havia um clima difícil de convívio dentro do Departamento de Educação desde essa época: a situação política do Brasil, os problemas da crise de Brasília, etc. Assim, quando o projeto de reestruturação do Colégio foi levado a debate dentro do Departamento de Educação não houve debate, não houve exame. De certa forma o Departamento não examinou o documento e acordou o pedido da Profa. Amélia Americano, que deveria ter apresentado sugestões, mas que só propôs que o Colégio fosse entregue apenas a Cadeira de Didática Geral e Especial. Um professor doutor se absteve, eu votei contra e os outros aprovaram. Nessa ocasião eu já não era mais Diretora do Departamento, porque eu tinha proposto que fosse feita uma eleição, e fora o Prof. Roque Spencer Maciel de Barros que assumira a direção do Departamento. E em consequência propuseram a demissão, o afastamento do Prof. Clovis da Silva Bojikian. O Prof. Clovis foi de classe em classe e relatou os acontecimentos. E aí eclodiu a crise. A crise veio a partir dessa história de reestruturação. (...) Os alunos acabaram ocupando o Colégio de Aplicação e o Departamento de Educação pediu a intervenção da polícia. Segundo depoimento do Diretor do Departamento, era só para ficar do lado de fora e dar prazo para os alunos evacuarem o prédio. Acontece que o delegado que dirigiu a operação errou e os alunos foram expulsos mano militare. As minhas filhas estavam na época estudando no Colégio, no Curso Ginásial – duas meninas – e eu tinha saído para jantar. E quando passei pelo colégio vi aquele rebuliço e fiquei sabendo que a polícia tinha invadido e tinha expulsado alunos, professores, muitos com uma certa violência. Então escrevi uma carta tenho uma cópia aqui – condenando*

*a atitude do Departamento. E na manhã seguinte eu levei a carta para o Diretor da Faculdade e pedi que ele me acompanhasse à polícia, ao DOPS, para saber como é que... E ele ouviu comigo o relato do delegado que dirigiu a operação, que disse que ele havia posto a sirene para fins psicológicos. Ou seja, a polícia chegou com carros com todo o estardalhaço para expulsar os alunos. Assim, a crise se agravou. Em resposta a minha carta, os membros do Departamento, com exceção de um professor, me declararam 'persona non grata', o que não tinha nenhum efeito legal, porque essa circunstância não existe. Fiquei ainda por um certo período ligada ao Departamento de Educação. Então pedi minha transferência para o Instituto de Psicologia. A transferência saiu, eu também sai do Brasil."*

*E – "Você acha então que a sua vinda à França está diretamente ligada a esses acontecimentos?"*

*MJW – "Em parte. Depois que eu estava aqui, recebi um recorte de jornal em que pessoas do Departamento foram à polícia me denunciar. Não havia meu nome, mas toda a descrição era minha que eu fazia subversão no Colégio de Aplicação, na Faculdade etc. Quer dizer, que eu estava em perigo, havia um processo – depois eu fiquei sabendo – um processo enorme que me envolvia. Então foi por essa razão que eu saí do Brasil. Aí, quais foram as razões... aí o Colégio, o Convênio foi denunciado, terminou a vida do Colégio de Aplicação. Quer dizer, não havia condições numa ditadura para a manutenção de um colégio de renovação pedagógica, tanto assim que não só o Colégio de Aplicação que. Havia um choque de ordem ideológica, de posições políticas dentro do departamento e que eu assumi uma posição de oposição a praticamente todos os membros do departamento. Quer dizer, havia um clima geral e um clima especial dentro do departamento que levou à extinção do colégio. Eu acho que não há mais nada a acrescentar."*

Algumas reflexões brotam da análise empreendida. A passagem do tempo não pode ser sempre responsabilizada pelas alterações que as lembranças introduzem na narrativa do vivido. Um tempo acelerado, pleno de acontecimentos diários repletos de significados, é sempre para alguns, como a Profa. Werebe, o tempo presente, aquele que é História e não memória, onde a luta política ainda persiste. É um dos pilares fundamentais onde se assenta a identidade do depoente.

No entanto, há aqueles para quem a história perdeu seu conteúdo referencial, transformando-se em Memória dolorosa daquilo "que nem é bom lembrar". Usam de complacência como ao contar um pecado cometido, justificado pela pouca idade do pecador. A situação anteriormente rica de historicidade, transmuda-se em uma soma de equívocos compreensíveis pelos sucessos posteriores, sugerindo-nos a indagação: se o futuro explica o passado e vice-versa, o presente não é passível de análise.

O sofrimento em recordar, verbalizado pela Profa. Amélia D. de Castro e levemente audível em um momento da gravação da voz da Profa. Werebe, tem sentidos diferentes para cada uma das entrevistadas; para a primeira ele é o próprio

aval da sinceridade das versões dos fatos e para a segunda ele é a dor jamais esquecida por ter sido repudiada por seus pares. Ambas demonstraram ser impossível e doloroso exorcizar o passado por terem vivido a brutal interrupção de uma experiência na qual haviam investido seu idealismo e sua capacidade profissional. Sob esse ponto de vista, o sofrimento desencadeou a catarse e a memória tornou-a aceitável, burilando contornos ásperos e cinzelando a pedra bruta.

### METHODOLOGICAL PROBLEMS: TESTIMONIES AND REPRESSION

**Abstract:** In only 10 years of existence, the School of Application of USP, renewed public school and of quality, he/she acquired reputation of being one of the principal centers of the critical teaching in the country. In 1967 there were deep disagreements between the School and FFCL, lacerated internally. They were, then, expelled by the police and agents of DOPS, with the connivance of the academical authorities. Under the repressive climate of the military dictatorship, the students' of CA reaction took wide proportions. Students and teachers were annotated, interrogated and arrested by DOPS. FFCL installed an investigation commission on those events. Starting from then, the School of Application agonized up to 1969, when FFCL stamped your end, turning off your memory. This article compared the two teachers' depositions rendered in 1967 to the Commission, with the interviews orals that granted after thirty years on the same events. Of that comparison it resulted a series of reflections about history and memory.

**Keywords:** School of Application, memory, history